

ebook
GRÁTIS

Ianaíê Simonelli da Silva
Rogério Gesta Leal

ACÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS

FORMAS DE PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO
NO ATUAL SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	
A CORRUPÇÃO COMO FENÔMENO POLÍTICO E SOCIAL	19
1.1 FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS E POLÍTICOS DA CORRUPÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL	20
1.2 A CORRUPÇÃO COMO PROBLEMA CULTURAL	32
1.3 A CORRUPÇÃO INSTITUCIONAL DO SETOR PÚBLICO E PRIVADO	43
CAPÍTULO 2	
CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA CORRUPÇÃO NO SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO: UM PROBLEMA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA?	53
2.1 FRAGILIDADES DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E SUAS REPERCUSSÕES NO SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO	55
2.2 FUNCIONALIDADES E DESFUNCIONALIDADES DO SISTEMA ELEITORAL	68
2.3 INDICADORES DA CORRUPÇÃO ELEITORAL NO BRASIL: CORRUPÇÃO ELEITORAL NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES PARTIDÁRIAS E FINANCIAMENTO PRIVADO E PÚBLICO DE CAMPANHAS	79
CAPÍTULO 3	
CORRUPÇÃO ELEITORAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE TEÓRICA, POLÍTICA E JURISPRUDENCIAL DE SUA INCIDÊNCIA E DE AÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO E COMBATE	103
3.1 ASPECTOS RECORRENTES DAS PATOLOGIAS CORRUPTIVAS ELEITORAIS A PARTIR DA DELIMITAÇÃO JURISPRUDENCIAL ESPECIALIZADA NO BRASIL: INDICADORES MATERIAIS	104
3.2 AÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO ELEITORAL	116
3.2.1 O caso do movimento de combate à corrupção eleitoral	120
3.2.2 O Movimento do Voto Consciente	124
3.2.3 A experiência do Departamento Estadual de Gestão do	

Conhecimento para a Prevenção e a Repressão à Corrupção (DEGECOR), do Estado do Rio Grande do Sul: uma política de Estado	126
3.2.4 Ações institucionais da Justiça Eleitoral	128
3.2.5 A Lei Ficha Limpa enquanto política de Estado para enfrentamento da corrupção eleitoral	132
CONCLUSÃO	141
REFERÊNCIAS	153